

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2010

Senhores Acionistas

O Conselho de Administração e a Diretoria da Companhia de Engenharia de Tráfego – CET, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetem à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, acompanhadas dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal.

As mencionadas demonstrações contábeis estão disponíveis no site da CET – www.cetsp.com.br - link “Informações Institucionais”.

A Administração

**CET - BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009**

(Em R\$ Mil)

ATIVO

ATIVO CIRCULANTE	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Caixa e Bancos	12	164
Aplicações Financeiras	11.346	1.774
Contas a Receber	86.249	74.329
Provisão de Riscos no Recebimento de Créditos	(35.728)	(23.804)
Estoques	8.936	6.598
Adiantamentos a Funcionários e Terceiros	4.687	4.102
Impostos e Contribuições a Recuperar	50.157	39.392
Despesas do Exercício Seguinte e Outros Créditos	777	770
	<u>126.436</u>	<u>103.325</u>
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
Realizável a Longo Prazo		
Contas a Receber	79.887	102.119
Provisão de Riscos no Recebimento de Créditos	(51.609)	(64.525)
Depósito Judicial e Outros Créditos	3.189	2.656
	<u>31.467</u>	<u>40.250</u>
Investimento	18	18
Imobilizado	35.620	15.890
Intangível	3.029	4.483
	<u>70.134</u>	<u>60.641</u>
TOTAL DO ATIVO	<u><u>196.570</u></u>	<u><u>163.966</u></u>

As notas explicativas anexas fazem parte integrante deste balanço.

**CET - BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009**

(Em R\$ Mil)

PASSIVO

PASSIVO CIRCULANTE	2010	2009
Fornecedores	37.486	36.696
Salários a Pagar	2.521	2.412
Provisão Férias e Encargos	35.922	27.723
Encargos Sociais e FGTS a Recolher	9.614	13.887
Impostos e Contribuições a Recolher - Tributárias	23.998	28.070
Provisão para Imposto de Renda Diferido	9.779	8.027
Provisão para Contribuição Social Diferida	2.988	2.358
Adiantamento de Clientes	13.016	10.117
Processos Judiciais	3.644	0
Outras Contas a Pagar	5.357	2.717
	<u>144.325</u>	<u>132.007</u>
 PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Obrigações Previdenciárias - Parcelamento	8.777	8.549
Obrigações Tributárias - COFINS/PASEP - Parcelamento	27.880	28.304
Provisão para Contingências	83.350	92.895
Impostos e Contribuições a Recolher	4.941	4.941
Provisão para Imposto de Renda Diferido	3.439	3.439
Provisão para Contribuição Social Diferida	1.189	1.189
	<u>129.576</u>	<u>139.317</u>
 PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Social	34.265	34.265
Reserva de Capital	1.272	1.272
Prejuízos Acumulados	<u>(181.879)</u>	<u>(196.106)</u>
	<u>(146.342)</u>	<u>(160.569)</u>
 Adiantamento para Aumento de Capital	<u>69.011</u>	<u>53.211</u>
	<u>(77.331)</u>	<u>(107.358)</u>
 TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u><u>196.570</u></u>	<u><u>163.966</u></u>

As notas explicativas anexas fazem parte integrante deste balanço.

**CET - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009**

(Em R\$ Mil)

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Serviços de Engenharia de Tráfego	517.348	464.185
Exploração de Estacionamento Zona Azul	54.137	45.881
Eventos Diversos	14.306	14.942
	<u>585.791</u>	<u>525.008</u>
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	<u>(83.475)</u>	<u>(74.806)</u>
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	<u>502.316</u>	<u>450.202</u>
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	<u>(409.322)</u>	<u>(355.491)</u>
LUCRO BRUTO	<u>92.994</u>	<u>94.711</u>
RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Pessoal e Encargos	(57.928)	(48.066)
Honorários da Administração	(1.181)	(1.179)
Gerais e Administrativas	(48.872)	(54.465)
Despesas Financeiras	(1.109)	(6.269)
Receitas Financeiras	1.566	1.171
Outras Receitas Operacionais	31.139	27.738
	<u>(76.385)</u>	<u>(81.070)</u>
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	<u>16.609</u>	<u>13.641</u>
IMPOSTO DE RENDA	<u>(1.752)</u>	<u>(2.873)</u>
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	<u>(630)</u>	<u>(1.035)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>14.227</u>	<u>9.733</u>
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO - R\$ MIL	<u>0,0004</u>	<u>0,0003</u>

As notas explicativas anexas fazem parte integrante desta demonstração.

CET - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LIQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em R\$ Mil)

	<u>Reservas de Capital</u>			Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total	Adiantamento para Aumento de Capital	Total
	Capital Integralizado	Incentivos Fiscais	Doações				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	<u>34.265</u>	<u>40</u>	<u>1.226</u>	<u>(205.839)</u>	<u>(170.308)</u>	<u>53.211</u>	<u>(117.097)</u>
Doações Recebidas	-	-	6	-	6	-	6
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	9.733	9.733	-	9.733
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	<u>34.265</u>	<u>40</u>	<u>1.232</u>	<u>(196.106)</u>	<u>(160.569)</u>	<u>53.211</u>	<u>(107.358)</u>
Adiantamento para Aumento de Capital	-	-	-	-	-	15.800	15.800
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	14.227	14.227	-	14.227
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	<u>34.265</u>	<u>40</u>	<u>1.232</u>	<u>(181.879)</u>	<u>(146.342)</u>	<u>69.011</u>	<u>(77.331)</u>

As notas explicativas anexas fazem parte integrante desta demonstração.

**CET - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009**

**Método Indireto
(Em R\$ Mil)**

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro do Exercício	14.227	9.733
Ajustes:		
Depreciação	9.483	7.378
Acréscimo do Recebimento da Venda do Imobilizado	(655)	-
Redução (Aumento) no Ativo:		
Contas a Receber	10.312	(3.373)
Provisão de Riscos no Recebimento de Créditos	(992)	(226)
Estoques	(2.340)	3.486
Impostos, Contribuições e Outros Créditos	(11.890)	(8.499)
Aumento (Redução) no Passivo:		
Provisões Férias e Salários a Pagar	8.301	2.557
Encargos Sociais e FGTS a Recolher	(4.272)	(11.863)
Impostos e Contribuições a Recolher	(1.690)	3.451
Adiantamento de Clientes e Outros	435	269
Obrigações Previdenciárias - Parcelamento	228	(5.796)
Obrigações Tributárias - Parcelamento	(423)	(1.776)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	20.724	(4.659)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de Ativos Não Circulantes	(27.759)	(5.394)
Recebimentos de Vendas de Imobilizado	655	-
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	(27.104)	(5.394)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Doações Recebidas	-	6
Aumento de Capital	15.800	-
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Financiamento	15.800	6
Aumento/Diminuição Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa	9.420	(10.047)
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	1.938	11.985
Caixa e Equivalente de Caixa no fim do Período	11.358	1.938

As notas explicativas anexas fazem parte integrante desta demonstração.

CET - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS DE 2010 E 2009
(Demonstra a riqueza gerada pela empresa e sua distribuição na sociedade)

Em R\$ Mil

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
1 - RECEITAS		
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	616.931	552.746
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Custo das mercadorias e serviços vendidos	106.725	88.656
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	40.018	47.469
	<u>146.743</u>	<u>136.125</u>
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	470.188	416.621
4 - RETENÇÕES		
Depreciação, amortização e exaustão	9.483	7.378
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	460.705	409.243
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	1.566	1.171
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	462.271	410.414
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	462.271	410.414
Pessoal e encargos		
Administradores	1.422	1.429
Operacionais	213.061	191.501
Estagiários	1.306	1.392
Autônomos	27	50
Encargos Sociais	86.863	71.889
	<u>302.679</u>	<u>266.261</u>
Impostos, Taxas e Contribuições		
Governo Federal	110.305	96.865
Governo Municipal	29.290	26.247
Taxas e Contribuições	106	93
	<u>139.701</u>	<u>123.205</u>
Financiadores		
Juros	711	5.973
Aluguéis	4.953	5.242
	<u>5.664</u>	<u>11.215</u>
Acionistas		
Lucros Retidos do Exercício	14.227	9.733

As notas explicativas anexas fazem parte integrante desta demonstração.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(EM R\$ MIL)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Engenharia de Tráfego – CET, empresa de economia mista da Prefeitura do Município de São Paulo, constituída pela Lei nº 8.394 de 28 de maio de 1.976, dotada de personalidade jurídica de direito privado, tem por objetivo a prestação de serviços e execução de obras relacionadas com a operação, manutenção e ampliação do sistema de tráfego da Capital de São Paulo, através do controle e avaliação de desempenho da malha viária, elaboração de estudos, projetos e pareceres sobre a sinalização semafórica e viária, desenvolvimento de sistemas especiais, treinamento e educação de trânsito e transporte e exploração de estacionamento rotativo, denominado Zona Azul, em vias e logradouros públicos do Município de São Paulo.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

- 2.1. As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as determinações da Lei nº 6.404/76, adotando e incorporando as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei 11.941/09, apresentadas comparativamente com as levantadas em 31/12/09, expressas em reais.
- 2.2. As demonstrações contábeis incorporam os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em vigor até a data de conclusão da elaboração das demonstrações contábeis.
- 2.3. As práticas contábeis modificadas em função das alterações na legislação societária não afetaram o resultado ou o patrimônio líquido da Sociedade no período abrangido pelas demonstrações contábeis divulgadas. As alterações ocorreram somente em relação à reclassificação entre itens do ativo não circulante.

Em função do mesmo Pronunciamento, a Sociedade fez as seguintes opções:

- a) Reclassificou as Imobilizações Intangíveis constante do Ativo Imobilizado para o subgrupo Intangíveis do Ativo Não Circulante;

- b) Manteve os critérios utilizados para determinação da vida útil dos direitos do ativo imobilizado e intangível; optando por revisar e ajustar os mesmos, se necessário, no exercício de 2011.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Estoques

São avaliados pelo custo médio de aquisição, os quais são inferiores ao mercado.

b. Depósitos Judiciais

Registrados pelo valor dos depósitos, atualizados pela TR até a data do balanço.

c. Investimentos

São demonstrados pelo custo de aquisição corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995.

Constituiu-se em 2003, Provisões para Perdas dos Investimentos incentivados no montante de R\$ 16 mil.

d. Imobilizado

É registrado pelo custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação é calculada pelo método linear.

e. Intangível

É registrado pelo custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A amortização é calculada pelo método linear.

f. Fornecedores

Estão demonstrados pelos compromissos assumidos, acrescidos dos reajustes contratuais incidentes até a data da entrega dos bens e/ou materiais ou da efetiva prestação de serviços.

g. Provisão para Férias e Encargos

Constituída pelos períodos vencidos e proporcionais, acrescidos dos encargos sociais aplicáveis, até a data do balanço.

h. Ativos e Passivos Não Circulantes

Não houve necessidade de efetuar ajustes a valor presente pois os saldos do Ativo realizável a longo prazo estão registrados pelo valor histórico e os saldos do passivo não circulante estão atualizados até a data do encerramento das Demonstrações contábeis.

4. CONTAS A RECEBER

Circulante

	2010	2009
Prefeitura do Município de São Paulo – PMSP	50.882	62.508
Exploração de Estacionamento Rotativo (Zona Azul)	5.817	3.403
Outras Contas a Receber	29.550	8.418
	<u>86.249</u>	<u>74.329</u>

Não Circulante

	2010	2009
Prefeitura do Município de São Paulo – PMSP	77.887	101.218
Outros Créditos	2.000	901
	<u>79.887</u>	<u>102.119</u>

O montante de R\$ 77.887 mil, destacado no demonstrativo acima, refere-se a serviços essenciais e imprescindíveis prestados a PMSP no período de 1999 a 2004, cujos empenhos/contratos foram unilateralmente cancelados pelos Decretos nº 40.223/00; 45.617/04 e 45.664/04.

Em janeiro de 2005 a Prefeitura do Município de São Paulo – PMSP, por meio da Portaria Intersecretarial 1/SGM/SF/SJ/SEMP/2005, fixou regras para o reconhecimento e pagamento em sete anos dos créditos acima mencionados.

A Companhia, nos termos das Portarias SF nºs 31, 32 e 35, encaminhou para reconhecimento da Secretaria Municipal de Transportes – SMT as medições dos serviços essenciais e imprescindíveis prestados no período 1999 a 2004.

As parcelas previstas nas mencionadas portarias, relativas aos exercícios de 2005 a 2008 foram recebidas nos respectivos exercícios. A parcela relativa ao exercício 2009 no valor de R\$ 22.000 mil foi reconhecida e recebida no exercício 2010 através do Decreto Municipal nº 52.046 de 28.12.2010.

O saldo remanescente de R\$ 77.887 mil, será reconhecido nos orçamentos dos exercícios de 2011 a 2012, nos termos do Decreto nº 45.720 de 18.02.05 e Portaria Intersecretarial nº 1/SGM/SF/SJ/SEMP/2005 de 24.02.05.

4.1. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Em atendimento ao Princípio Contábil da Prudência, foi constituída provisão no montante de R\$ 11.925 mil, referente a receita auferida por serviços essenciais e imprescindíveis prestados à Secretaria Municipal de Transportes – SMT da Prefeitura do Município de São Paulo - PMSP, os quais não estavam suportados por empenhos, em função da insuficiência de recursos orçamentários no exercício de 2010, a saber:

Gestão de Trânsito da Cidade de São Paulo	11.918
Outros	7
	<u>11.925</u>

Foram também provisionados nos exercícios de 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008 e 2009 receitas de mesma natureza no montante de R\$ 88.329 mil, diminuindo desta forma o saldo em 31 de dezembro de 2010, para R\$ 87.337 mil, demonstrado a seguir:

	Circulante	Não Circulante	Total
Gestão de Trânsito da Cidade de São Paulo	31.016	40.348	71.364
Detec. de Velocidade – Radar, Eventos e outros	4.712	11.261	15.973
	<u>35.728</u>	<u>51.609</u>	<u>87.337</u>

Em consonância com os Princípios Contábeis da “Competência” e da “Prudência”, a Companhia efetuará as correspondentes reversões das provisões na medida em que os créditos reconhecidos pela PMSP/SMT forem consignados nos orçamentos anuais e por ocasião dos decretos de suplementação de recursos, editados nos períodos da execução orçamentária, nos termos da Portaria Nº 32/05 da Secretaria Municipal de Finanças – SF.

No exercício 2010 foi revertido da receita o valor de R\$ 12.916 mil lançado como PDD em exercícios anteriores, consequência de parte do recebimento da parcela relativa ao exercício 2009 no valor de R\$ 22.000 mil, reconhecida no exercício 2010 através do Decreto Municipal nº 52.046 de 28.12.2010.

5. ESTOQUES

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Material de Sinalização Viária	6.797	4.444
Peças e Acessórios para Veículos	345	477
Combustíveis	314	268
Talões de Zona Azul	150	160
Suprimentos	1.330	1.249
	<u>8.936</u>	<u>6.598</u>

6. IMOBILIZADO

	Taxas Depreciação	2010		2009	
		Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Utensílios	10%	4.139	2.971	1.168	926
Aeronaves	20%	849	849	-	-
Imóveis em Prop. Municipio	4%	6.188	4.169	2.019	2.210
Veículos	20%	53.837	23.567	30.270	9.725
Aparelhos e Instr. Técnicos	10%	2.104	1.384	720	703
Instalações	10%	2.286	2.108	178	212
Máquinas e Equipamentos	10%	3.620	3.183	437	474
Computadores, Micros e Perif.	20%	10.182	9.374	808	1.621
Outros Bens	10%	200	180	20	19
		<u>83.405</u>	<u>47.785</u>	<u>35.620</u>	<u>15.890</u>

7. INTANGÍVEL

	Taxas Amortização	2010		2009	
		Custo Corrigido	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Software e Outros	20%	<u>7.450</u>	<u>4.421</u>	<u>3.029</u>	<u>4.483</u>
		<u>7.450</u>	<u>4.421</u>	<u>3.029</u>	<u>4.483</u>

8. CAPITAL SOCIAL

O capital subscrito e integralizado é representado por 34.265.706 (34.265.706 em 2009) ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

9. OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

- a. A Companhia, através de aditivo ao Termo de Amortização de Dívida Fiscal – TADF nº 60.178.723-4 de 31 de janeiro de 2003, assinado entre o Ministério da Previdência e Assistência Social – MPAS e a Prefeitura do Município de São Paulo – PMSP, acordou em quitar as contribuições previdenciárias dos meses de novembro, dezembro e 13º salário do exercício 2000 em 240 meses.

Até 31 de dezembro de 2010 foram pagas 89 parcelas. O saldo das 151 parcelas remanescente no montante de R\$ 9.534 mil foi corrigido pela Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP.

Nos termos dos referidos acordos de parcelamento, os débitos foram segregados em obrigações de curto e longo prazo, demonstrado a seguir em R\$ mil:

	TADF
Passivo Circulante	757
Passivo Não Circulante	<u>8.777</u>
	<u>9.534</u>

- b. Em 14 de abril de 2005, a Companhia assinou novo acordo de parcelamento com o Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, relativas às contribuições patronais do período de setembro de 2003 a fevereiro de 2005 e Contribuições do Fundo da Previdência e Assistência Social – FPAS (SEBRAE e SENAC), do período de novembro de 1999 a fevereiro de 2005, consubstanciados nos Lançamentos de Débitos Confessados – LDC's nºs 35.672.349-6, 35.672.350-0 e 35.672.501-4.

Até 31 de dezembro de 2009 foram pagas 56 parcelas. O saldo das 4 parcelas, corrigido pela taxa SELIC até 31 de dezembro de 2009 é de R\$ 5.537 mil.

Em novembro de 2009 a Companhia aderiu ao Programa de Parcelamento instituída pela Lei nº 11.941/09.

A redução de multas e juros, no montante aproximado de R\$ 4.167 mil será reconhecida no exercício de 2011, após a consolidação do saldo remanescente deste débito tributário a ser efetuado pela Receita Federal do Brasil.

10. COFINS E PIS/PASEP

Em março de 2006, a Companhia formalizou acordo de parcelamento com a Secretaria da Receita Federal das contribuições do PASEP e da COFINS, relativas ao período de janeiro de 2003 a maio de 2005.

Nos termos da Medida Provisória nº 303 de 29 de junho de 2006, a Companhia optou pelo parcelamento do saldo remanescente em 120 meses.

Em novembro de 2009 a Companhia aderiu ao Programa de Parcelamento instituída pela Lei nº 11.941/09.

A redução de multas e juros, no montante aproximado de R\$ 12.770 mil, será reconhecida no exercício de 2011, após a consolidação do saldo remanescente deste débito tributário a ser efetuado pela Receita Federal do Brasil.

11. IMPOSTO DE RENDA - PREJUÍZOS FISCAIS

O valor dos prejuízos fiscais acumulados a compensar em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 125.465 mil (R\$ 134.769 mil em 2009).

12. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A base negativa a compensar da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 123.555 mil (R\$ 133.677 mil em 2009).

13. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Estão registrados nesta conta, no grupo Passivo Não Circulante, o montante de R\$ 83.350 mil, referentes aos seguintes processos:

- a. Os processos trabalhistas foram avaliados pela Administração da Companhia amparada no parecer de sua Assessoria Jurídica. Para os casos em que há expectativa de perdas, constituiu-se provisão no montante de R\$ 25.342 mil em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 20.689 mil em 2009).
- b. A Companhia está contestando ações de cobrança movidas por ex-fornecedores a título de atualização de débitos pagos em atraso e outras ações cíveis. Foi provisionado o montante de R\$ 14.628 mil em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 28.825 mil em 2009) considerando-se o risco, avaliado pela Assessoria Jurídica da Companhia, de ser eventualmente condenada ao pagamento por via judicial.
- c. A Companhia está contestando administrativa e judicialmente as Notificações Fiscais de Lançamento de Débito - NFLD, emitidas em dezembro de 1995 e março de 2000 pela Diretoria de Arrecadação e Fiscalização do Instituto Nacional de Seguro Social – INSS. Foi provisionado até 31 de dezembro de 2009, o montante de R\$ 43.380 mil considerando-se o risco, avaliado pela Assessoria Jurídica da Companhia, de ser eventualmente condenada ao pagamento por via Judicial, a saber:
 - I. Débitos referentes à diferença de percentuais de 2% para 3% do financiamento da complementação das prestações por acidente de trabalho (Seguro Acidente de Trabalho - SAT) e de 4,50% para 5,80% do Fundo de Previdência e Assistência Social - FPAS, do período de janeiro de 1988 a outubro de 1999, no valor de R\$ 38.516 mil referentes as NFLD's nºs 31.838.936-3; 31.838.937-1; 31.838.938-0; 35.002.772-2 e 35.002.774-9.
 - II. Débitos de responsabilidade solidária pela não comprovação de recolhimento das contribuições previdenciárias incidentes sobre a mão-de-obra utilizada na contratação de subempreiteiras, no período de setembro de 1991 a janeiro de 1993 e agosto de 1995 a fevereiro de 1999 de R\$ 940 mil, referentes as NFLD's nºs 31.838.935-5 e 35.002.775-7.

- III. Débitos de contribuições devidas à Previdência Social referente a Seguro Acidentes do Trabalho - SAT, Terceiros, Contribuições não retidas e da parte da empresa, no período de maio de 1990 a julho de 1995, incidentes sobre honorários pagos a “autônomos”, no valor de R\$ 590 mil referente a NFLD nº 31.838.940-1.

Nos autos da Execução Fiscal, em trâmite na Justiça Federal de Primeira Instância - Seção Judiciária de São Paulo, caucionamos para fins de apresentação de embargos à execução, 57 veículos de nossa propriedade.

- IV. Débitos de contribuições devidas à Previdência Social sobre Seguro de Vida em grupo, do período de janeiro de 1995 a outubro de 1999 de R\$ 1.288 mil, referente a NFLD nº 35.002.773-0.
- V. Débitos referentes a não retenção de contribuições previdenciárias de empresas fornecedoras de serviços, de acordo com a Lei nº 9.711 de 20 de novembro de 1998.

Os casos notificados por aquele Instituto referem-se a empresas detentoras de liminares que impedem a retenção da contribuição previdenciária.

A notificação fiscal corresponde ao período de março de 1999 a outubro de 1999 de R\$ 2.046 mil, referente a NFLD nº 35.002.776-5.

- VI. Está pendente de solução o auto de infração do INSS, relativo à diferença de percentuais de SAT (NFLD nº 30.122.899-0 (8.351-A)) de 0,40% para 2,50% a interpretação quanto ao enquadramento da atividade, lavrado em 1981, que totaliza R\$ 416 mil atualizado até 31 de dezembro de 2009.

Em novembro de 2009 a Companhia aderiu ao Programa de Parcelamento instituída pela Lei nº 11.941/09.

A redução de multas e juros, no montante aproximado de R\$ 30.722 mil, será reconhecida no exercício de 2011, após a consolidação dos débitos tributários mencionados nos itens I a VI a ser efetuado pela Receita Federal do Brasil.

14. OUTRAS INFORMAÇÕES

Por iniciativa da Companhia, encontram-se em andamento, pedidos de restituição de importância pagas ao INSS e ao INTER, no período de janeiro de 1983 a outubro de 1988, referente aos percentuais de contribuição previdenciária destinados ao

FUNRURAL e ao antigo INCRA, no valor atualizado até 31 de dezembro de 2010, de R\$ 1.798 mil (R\$ 1.644 mil em 2009).

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

FRANCISCO VIDAL LUNA
Presidente

MARCUS VINÍCIUS SINVAL
Vice-Presidente

MARCELO CARDINALE BRANCO
Conselheiro

WALTER MEYER FELDMAN
Conselheiro

JANUARIO MONTONE
Conselheiro

CLÓVIS DE BARROS CARVALHO
Conselheiro

PAULO RODRIGUES
Conselheiro

MARCOS BATISTA DE SOUZA
Conselheiro

RAUL BELENS JUNGSMANN PINTO
Conselheiro

EDUARDO JORGE MARTINS ALVES SOBRINHO
Conselheiro

DIRETORIA

MARCELO CARDINALE BRANCO
Diretor Presidente

EDUARDO MACABELLI
Diretor de Operações

LUIZ ALBERTO DOS REIS
Diretor Administrativo e Financeiro

MARCELO MORAES ISIAMA
Diretor de Representação

GERÊNCIA

RESPONSÁVEL TÉCNICO

FLÁVIO DAMMOUS
Gerente de Orçamento, Contabilidade e Custos

PAULO HEICHI NAGAI
Chefe do Departamento de Contabilidade
Contador - CRC nº 1SP079928/O-0

À
DD. DIRETORIA DA
COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO – CET
SÃO PAULO – SP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO – CET, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO – CET é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objeto de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO – CET para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO – CET. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO – CET em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Parágrafo de ênfase

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO – CET e apresenta Patrimônio Líquido Negativo de no valor de R\$ 77.331 mil, prejuízos acumulados de R\$ 181.879 mil e deficiência de capital de giro de R\$ 17.889 mil. Embora se considere o saldo remanescente de R\$ 77.887 mil a receber de créditos consignados da Secretária Municipal de Transportes – SMT, conforme trata a Nota Explicativa nº 4, a Companhia necessita ainda da obtenção de recursos para o pagamento de suas obrigações de curto e longo prazo e o restabelecimento do seu equilíbrio econômico financeiro, de modo a possibilitar a geração de resultados positivos futuros. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e a classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade da Companhia continuar operando.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 16 de março de 2011.

UHY MOREIRA - AUDITORES
CRC 2 RS 3717 S SP
HERALDO S.S. DE BARCELLOS
Contador CRC 1 RS 11609 S SP
Responsável Técnico

FLÁVIA TATIANE SILVEIRA WERNER
Contadora CRC 1 RS 70524 S SP
Auditora

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO – CET, em reunião realizada em 22.03.2011, cumprindo o que determina o artigo 163 da Lei nº 6.404/76, adotando e incorporando as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07, examinou o relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, compreendendo os Balanços Patrimoniais, as Demonstrações dos Resultados, as Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado e notas explicativas destas demonstrações. Com base nos exames efetuados, nas informações prestadas pela Administração e considerando o Parecer da UHY Moreira Auditores, de 16 de março de 2011, o Conselho Fiscal entende que as peças contábeis acima citadas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, econômica e financeira da Companhia, estando em conformidade com as disposições legais. O Conselho Fiscal, por unanimidade de seus membros, opina favoravelmente e recomenda a aprovação integral e sem ressalvas das referidas demonstrações, estando as mesmas em condições de serem apreciadas pelo Conselho de Administração, publicadas e submetidas à deliberação da Assembléia Geral de Acionistas.

São Paulo, 22 de março de 2011.

CÉLIA REGINA GUIDON FALÓTICO
Presidente

LUIZ LAURENT BLOCH

JULYVER MODESTO DE ARAÚJO